

# Comunicação como ferramenta estratégica na construção do plebiscito popular

Leonardo Koury Martins

30/07/2025

---

O Plebiscito Popular por um Brasil mais Justo é uma das articulações coletivas mais exitosas no campo dos movimentos sociais, centrais sindicais, juventudes, artistas, entidades de fé e partidos progressistas. O objetivo dessa ação pública é garantir o diálogo com a população brasileira sobre temas urgentes e pressionar por mudanças fundamentais, em especial apresentar ao povo, que é possível a partir da pressão política taxar os bilionários e acabar com a escala 6x1.



*Foto: Junior Lima/@xuniorl*

Tais temas estão sendo dialogados por meio de milhares de urnas presentes em todos estados brasileiros, fortalecendo a luta pelos direitos dos trabalhadores.

E não por acaso a comunicação é tão importante para a construção do plebiscito popular. A comunicação é um ato, um exercício e uma prática social que se compreende a partir da relação cotidiana da vida.

A comunicação não é apenas um meio. É parte da intervenção das trabalhadoras e trabalhadores na sociedade. A comunicação determina a imagem social e política das pessoas, organizações e coletivos. São parte das lutas presentes na busca por uma outra ordem que elimine as mazelas provocadas pelo capitalismo.

Nos últimos anos, os grandes grupos privados de comunicação têm ampliado suas dimensões de coerção e controle e, por isso, tem se tornado nítida a escalada das notícias falsas e a desinformação no mundo. A tecnologia móvel e a ampliação do uso das redes sociais digitais atravessam o cotidiano da população.

Por intermédio das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a vida tem sido reconfigurada em novas bases de sociabilidade capitalista com mais trabalho e menos descanso. O que antes era determinado, majoritariamente, por meio das rádios, jornais, revistas e da televisão, hoje acontece via internet a partir de grupos que controlam o acesso das redes.

O cenário da desinformação atrelado a produção de notícias falsas fortalece os interesses das elites por meio do ataque às conquistas democráticas e aos direitos da população. Também pelo aumento da perseguição aos profissionais da comunicação e do descrédito da comunicação pública, que sofrem pelo sucateamento, aparelhamento e tentativas de privatização.

### **Taxar super ricos e reduzir a jornada de trabalho**

Por este motivo os grandes grupos privados de comunicação não dialogam como deveriam sobre as pautas apresentadas neste plebiscito. Afinal, seus donos são bilionários e têm trabalhadores em uma escala de trabalho desumana.

É neste contexto que devemos fomentar em todos os nossos espaços comunicativos as perguntas deste plebiscito:

1. Você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e pelo fim da escala 6x1?
2. Você é a favor que quem ganhe mais de 50 mil pague mais imposto, para que quem recebe até 5 mil não pague imposto de renda?

A resistência dos movimentos sociais que denunciam a apropriação da riqueza socialmente construída e a luta por justiça econômica tem questionado os privilégios de um modelo empresarial de comunicação. Tem também provocado a sociedade a refletir sobre o direito à comunicação como algo fundamental, que não deve estar apenas nas mãos de pequenas elites nacionais e transnacionais. Como exemplo, se não fosse por intermédio da comunicação popular não teríamos notícias concretas sobre o genocídio na Palestina.

Direcionar esforços para superar o modelo de mercado das empresas de comunicação do Brasil e formar uma ampla rede de comunicação pública é o caminho para contrapor a audiência das ideias reacionárias que tem causado efeitos catastróficos na vida da população brasileira. Para isso, democratizar a comunicação é uma pauta política fundamental.

Construir uma comunicação popular cada vez mais ampla, fazer comunicação de massa, valorizar jornais populares, tv's, rádios e redes digitais é decisivo.

*Leonardo Koury Martins é assistente social, doutorando em Serviço Social pela UFJF e integra a coordenação do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS).*

Via [Brasil de Fato](#)